Jornal semanal da APROPUC e AFAPUC

## Professor, seu salário está em risco!

### Mobilize-se contra a nova maximização!

O Consad aprovou a deliberação 03/2022 que impõe o limite mínimo de 7 aulas para contratos de TP-10 horas para o primeiro semestre, devendo os novos contratos começarem a partir de TP 15, 9 aulas no segundo semestre. Essa medida atinge uma fatia considerável dos docentes da PUC-SP e, mais do que isso, provocará um efeito cascata com a redução de contratos acima desses patamares.

Nesse sentido os docentes, reunidos em assembleia em 16/11 decidiram, por unanimidade, enviar um recurso à Fundasp pleiteando a revogação imediata desta medida ilegal e abusiva. Esse recurso, redigido pela APROPUC, aponta os principais argumentos jurídicos, trabalhistas, e acadêmicos que tornam essa medida totalmente contrária à legislação em vigor e, principalmente contra a prática de uma universidade que sempre caminhou em sentido contrário à mercantilização da educação.

### Uma medida discriminatória

Segundo as análises feitas pelo departamento jurídico e pela diretoria da APRO-PÚC, as deliberações anteriores já existentes e o nosso Acordo Interno de Trabalho, que regulamentam nossos contratos e que têm hoje força de lei, não podem ser modificadas sem a anuência dos trabalhadores.

A redução dos valores salariais sem a concordância do trabalhador é vedada pela constituição e somente é admitida quando obedece aos parâmetros da Convenção Coletiva, ou seja, quando há redução de turmas por insuficiência de número de alunos; o que não acontece neste momento. Importante registrar que a Fundasp auferiu polpudos lucros durante a pandemia, configurando os superávits divulgados e publicados.

Do ponto de vista acadêmico, a resolução não soluciona e ainda amplia situações carreiras.

#### Recurso ao Consad

Por tudo isso, os professores deliberaram pelo encaminhamento de recurso ao Conselho de Administração, A presença da comunidade que deveria ser realizado no dia 29/11, mas que foi adiado para 6/12, em horário e local ainda a ser determinado. A assembleia de

anômalas como a existência 16/11 deliberou que no dia de salários desiguais decor- da realização do Consad os rentes de tabelas desiguais professores se mobilizem e para a mesma titulação e protestem junto ao Conseposição na carreira, e o fa- lho contra mais esta arbitramigerado represamento das riedade e que o CONSAD suspenda de imediato essa deliberação ilegítima e ilegal. Funcionários e estudantes já se manifestaram favoravelmente à mobilização e deverão engrossar o protesto contra a medida (veja matéria nesta edição).

> mais uma vez é fundamental para impedir mais este retrocesso nas relações de ensino e trabalho desta uni-

### Maximização provoca verdadeira canibalização na distribuição de aulas

Os ataques às condições de ensino e trabalho têm--se tornado um lugar comum em nossa universidade. Neste semestre, porém, esse ataque extrapolou as normas da dignidade profissional e acadêmica.

Por conta da diminuição ou cancelamentos de turmas e programas de pós-graduação, a distribuição de aulas para o primeiro semestre de 2023 em diversos departamentos tem obedecido a critérios canibalescos, destruindo todo o espírito de convivência entre os docentes da universidade,

conforme o **PUCviva** pode apurar.

Os professores têm que se encaixar em contratos aviltantes onde sua competência profissional e sua dedicação em sala de aula são obscurecidos. A avaliação acadêmica mostrou – como toda avaliação meritocrática - a sua face punitivista quando qualquer retrocesso na métrica quantitativista de um regulamento esdrúxulo serve para rebaixar o número de aulas dos docentes. E isso, diga-se de passagem, contrariando o próprio regimento que

prevê punições somente depois de duas avaliações seguidas com a qualificação "insatisfatório".

Professores com maior experiência têm seus contratos diminuídos em favor de docentes mais novos e que recebem por tabelas infe-

Essa não é a PUC-SP que no passado serviu de referência para toda a educação do país. Hoje vivenciamos uma universidade onde o mercantilismo se tornou moeda corrente e a educação de qualidade um sonho distante.

# Aos Centros Acadêmicos, Coletivos Estudantis, APG e AFAPUC

Os professores da PUC-SP sofrem mais um brutal ataque do ponto de vista trabalhista, acadêmico, pedagógico com a Deliberação nº 03/2022 do Consad de caráter autoritário e unilateral. Essa deliberação publicada em 11/11/22 que invocando a Portaria n. 21 de 21/12/2017 do MEC, dispôs sobre a ampliação de número de créditos para a configuração dos contratos docentes de TP10. Em Assembleia de 16/11 do ano corrente, os professores da PUC-SP decidiram unanimemente por entrar com um recurso no CONSAD pela suspensão da Deliberação Nº 03/2022, por entenderem que esta precariza ainda mais a relação contratual de trabalho dos docentes da PUC-SP, ampliando o número de créditos para um contrato parcial de dez horas (TP10).

Essa medida acarretará que uma parcela significativa de professores será rebaixada para um regime de hora-aula, o que contraria o acúmulo histórico dos contratos de trabalho dos professores da PUCSP, intensificando a precarização das condições de trabalho.

As normas constantes da Deliberação são ilegais, ilegítimas e configuram abuso de poder posto que contrariam o Acordo Interno de Trabalho, Deliberações anteriores do próprio CONSAD, a Convenção Coletiva de Trabalho, a CLT e até mesmo a Constituição. Tem o efeito direto de uma redução salarial e do aumento da carga de trabalho.

Quanto aos argumentos acadêmicos/pedagógicos cremos que a Deliberação não se sustenta fundamentalmente por:

- Não solucionar um conjunto de questões que precisam ser equacionadas e que vem se agravando desde 2006, a saber: os contratos diferenciados entre graduação e pósgraduação; salários desiguais com a mesma titulação, represamento das carreiras:
- Carecer de um estudo de impacto das relações contratuais de cada área, curso, faculda-

de a partir dos PPCs - Projetos Pedagógicos dos Cursos, amplamente discutidos nos cursos para que se possa relacionar as questões acadêmico--pedagógicas e contratuais.

- Esta deliberação levará a uma alteração contratual ilegal, por redução de salários e contratual, ampliando o FTD, que deveria ser uma excepcionalidade conforme o Estatuto da Universidade e descaracteriza a Universidade de sua qualidade de excelência em seu tripé ensino-pesquisa e extensão se igualando às universidades mercantis privatistas; arrebenta a construção acadêmico-pedagógica construída nos cursos de acordo com as diretrizes curriculares e precariza ainda mais as condições de ensino, pesquisa e trabalho na PUCSP
- Os professores em FTD não terão possibilidade de monitoria, IC, posto que submetidos a contratos precários, mal remunerados além de ficarem excluídos de grande parte dos benefícios conquistados du-

rante décadas na negociação entre a APROPUC e FUN-DASP, consequentemente precarizando o ensino.

Estas questões trabalhistas, acadêmicas e pedagógicas foram encaminhadas por meio de um recurso a ser apreciado em reunião do CONSAD de 06/12 (local e horário a serem confirmados).

Somente com a mobilização dos professores, estudantes e funcionários venceremos mais essa luta. Portanto, conclamamos a todos estarem presentes no dia 06/12 para reivindicar a imediata revogação dessa medida destrutiva da universidade. E que se estabeleça durante o primeiro semestre de 2023 um amplo e democrático processo de discussão nas instancias acadêmicas com representação dos estudantes juntamente com a APROPUC para definir um novo contrato de trabalho que equacione as distorções existentes hoje na universidade.

Diretoria da APROPUC

## O apoio à luta dos profesores

A APROPUC recebeu moções de apoio à luta dos docentes contra a deliberação do Consad que aumenta o número de horas contratuais dos docentes. Ao lado publicamos a nota de solidariedade do Colegiado do Departamento de Economia

Conforme deliberado em reunião do Colegiado do Departamento de Economia, realizada no dia 30 de novembro de 2022, estamos de acordo com os termos do recurso elaborado pela APROPUC e encaminhada ao CONSAD que trata da Deliberação n.

03/2022 do CONSAD. Cordialmente,

Chefia e Coordenação do Depto. de Economia

Os CAs de Ciências Sociais e Serviço Social enviaram a seguinte nota: Prezados professores e APROPUC, estaremos somando na luta contra a precarização do ensino e em apoio à essas demandas tão caras dos trabalhadores da nossa universidade. Faremos presença no dia 06/12 para agregar às reivindicações.

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP

Edição: Valdir Mengardo Reportagem e Fotos: Sthefane Mattos Revisão: Marina D'Aquino

Arte /Editoração : Valdir Mengardo e Ana Lucia Guimarães Conselho Editorial: Maria Betriz Abramides, João Batista Teixeira, Jason T. Borba, Victoria C. Weischtordt, Maria Helena

Gonçalves Soares Borges e Sandra Costa

AFAPUC: Rua Ministro Godoy, 1055 - Fone 3670-8208

APROPUC: Rua Bartira, 407 - Cep 05009-000 - Fone 3872-2685

PUCviva: Fone/WhatsApp: 3872-2685 Correio Eletrônico: pucviva.jornal@uol.com.br Pucviva na internet: www.apropucsp.org.br

# PUC-SP terá que pagar reajuste de 10,78% até a próxima terça-feira

A PUC-SP, assim como as demais instituições de ensino superior de São Paulo, deverá incorporar aos salários de seus docentes o percentual de 10,78% sobre os salários de fevereiro/2022. Como a Fundasp já adiantou 7% desse valor escalonadamente desde março restam ainda 3,78% a serem incorporados no próximo pagamento, assim como

os valores retroativos a esse percentual que, pelos cálculos preliminares da APROPUC totalizam cerca de 50% de um salário nominal recebido em fevereiro/2022.

Em reunião realizada com a diretoria da APROPUC o secretário-geral da Fundasp, Pe Rodolpho Perazzolo informou que a PUC-SP aguarda o resultado dos embargos de

declaração impetrados pelo Semesp e que, no momento se propõie a pagar apenas as diferenças salarais referentes aos 7% já incorporados aos salários, mas que foram feitos de maneira escalonada. Esses valores seriam pagos em folhas complementares nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2023.

A APROPUC, porém, espera

as deliberações do Sinpro-SP, uma vez que o sindicato e a Fepesp vêm informando que a setença do TRT deve ser cumprida, independentemente do resultado dos recursos das mantenedoras. Nesse sentido as instituições de ensino superior, inclusive a PUC-SP, receberam notificação informando que a sentença deve ser cumprida até o 5° dia útil.

## Seminário debate teoria da reprodução social e o feminismo

Na quarta-feira, 30 de novembro, no auditório 117A, aconteceu o último debate do seminário "Marxismo: Lutas feministas e desafios contemporâneos" do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Aprofundamento Marxista (NEAM). Com a presença de Camila Carduz Rocha, mediação de Julia Scabello e a coordenação de Beatriz Abramides, o tema da noite foi: "A teoria da reprodução social e a sua relevância para a luta das mulheres trabalhadoras e para o serviço social".

A divisão sexual e racial no trabalho gerada pelo capitalismo precariza sobremaneira as mulheres trabalhadoras sobretudo as negras. Os diversos feminismos existentes nem sempre dialogam com as inquietudes de algumas realidades e grupos. Unificar as lutas é uma discussão hoje muito presente, reflete Camila Carduz. Por anos grandes questões das opressões à mulher foram tratadas com indiferença por um marxismo dogmático, onde organizações de esquerda foram indi-



A mesa do debate sobre reprodução social e feminismo

ferentes a refletirem as opressões do capitalismo.

A palestrante compartilhou sua experiência profissio-

nal, de militância e reflexões de intelectuais como Rhaysa Ruas, Lise Vogel e Tithi Bhattcharya.

### AFAPUC realiza sua confraternização anual

Depois de dois anos volta a acontecer a confraternização anual da AFAPUC. No dia 23/12, os funcionários dos campi de São Paulo estão convidados a comparecer na PUC-SP de Santana, na Rua Voluntários da Pátria, 1653, das 13 à 18hs.

Os sócios da AFAPUC terão entrada gratuita bem como os filhos menores de 12 anos. Para convidados o valor do convite será de R\$215,00 e os dependentes de funcionários maiores de 12 anos R\$ 160,00. O pagamento poderá ser feito em até 3 vezes no cartão de crédito. A AFAPUC informará aos associados por e-mail a data para retirada dos convites na sua sede.

Veja ao lado as informações sobre a festa em Sorocaba.



## STF aprova revisão da vida toda para aposentados

O Supremo Tribunal Federal aprovou na quarta-feira, 01/12, por seis votos contra cinco a chamada revisão da vida toda, que altera o cálculo do benefício previdenciário para aqueles beneficiários que se aposentaram a partir de 2012. A maioria do plenário venceu a resistência dos bolsonaristas que mais uma vez se colocaram contra os trabalhadores

Pela nova regra o benefício deverá ser calculado a partir de todas as contribuições do aposentado e não somente depois de 1994 como vinha sendo feito até hoje.

A aplicação da nova forma de cálculo não será automática e o segurado, para ter direito ao benefício terá que entrar com um processo judiciário.

### FALA COMUNIDADE

# Reforçar a luta democrática dentro e fora da universidade

#### Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida

Duas semanas atrás, publiquei, no PUCviva n. 1171, um texto, A hora e vez de cada crise, sobre um importante problema acadêmico-trabalhista no qual, a exemplo de um considerável número de colegas em toda a universidade, estou diretamente envolvido. Já no número subsequente, a Direção da Faculdade de Ciências Sociais publicou sua resposta, o que é ótimo. Parabéns ao PUCviva e à Associação que o abriga. E evitemos o bate-boca, até porque o material disponível, no qual estes dois - agora três - textos se incluem, é considerável.

Limito-me a duas observacões.

Redução de carga contra-

tual sem qualquer diálogo ou simples aviso; ser objeto de fortes denúncias em reunião para a qual não foi convidado e por meio de carta pesadamente denunciado em reunião para a qual não foi convidado e por meio de carta que, por cerca de sete meses, até a antevéspera do "julgamento", não pôde ler; ser intimado (perdão, convocado) abruptamente para uma "reunião de mediação" cujas pauta, formato e quórum (cadê os colegas da Área de Política?) não se sabe quem definiu; ver a atividade "mediadora" transformar-se em saraivada de acusações; ouvir de um dos "mediadores" que se deve "aprender a obedecer" (a quem e por que?). Desculpem o lugar-co-

mum, mas estamos perigo-

samente perto de atribuir a O Processo a rubrica de novela sobre "situações interpessoais conflituosas". Creio que, talvez devido à urgência da resposta enviada pela Direção da Faculdade, seu pequeno texto pode suscitar mal-entendidos. Sempre sugeri, inclusive por escrito, que, na impossibilidade da Área, o problema fosse examinado, em segunda instância, no âmbito da Faculdade. E eu jamais soube de qualquer aceitação por meus colegas de Política, da proposta de que a mediação ocorresse no âmbito da Pró-reitora (na carta que finalmente li, o assunto não é mencionado); e, em nosso segundo encontro (17/03/2022), a própria diretora se dispôs a dirigir a reunião que, aliás, para meu desgosto, jamais

ocorreu. Neste sentido, a assertiva de que meus colegas se colocaram "abertos à mediação" e "o professor Lúcio ... Almeida não aceitou" carece, no mínimo, de precisão.

Mas o importante é, se tod@s estão a favor dessa reunião sobre um problema coletivo crucial, vamos a ela com pauta e dinâmica democraticamente definidas. Sabemos que, nesta conjuntura arriscadíssima, este é o modo mais adequado de contribuirmos para a defesa, dentro e fora da universidade, do que existe de mais valioso no que se costuma chamar de civilização.

Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida é professor da (Área de Política da PUC-SP)

